

**A RELAÇÃO DA MÍDIA E DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE A SEXUALIDADE DOS
ADOLESCENTES NO ESTADO DO PARANÁ.**

CATUSSO, Marilu Chaves¹
SOUZA, Izaque Pereira²

RESUMO: O trabalho ora apresentado é fruto de reflexões e de experiências profissionais, especialmente pós inserção na Política Pública da Educação como educadora, o que nos aproximou dos adolescentes e jovens e conseqüentemente da reprodução de seus comportamentos. A discussão é de cunho teórico trazendo como problema: Qual é o papel do Serviço Social no ambiente escolar, frente a expressões de sexualidade dos adolescentes? Como objetivo geral, temos conhecer o papel do Assistente Social na Educação e as possibilidades de atuação frente a sexualidade dos adolescentes. O recorte teórico está dividido em dois momentos sendo: o primeiro sobre a influência da mídia no que tange a descoberta e o estímulo da sexualidade e num segundo momento, uma reflexão acerca do papel dos profissionais educadores especialmente do Assistente Social nos espaços escolares bem como o não cumprimento da Lei 15.075/96 no Estado do Paraná, que poderia ampliar as discussões sobre os temas transversais no ambiente escolar.

Palavras Chave: Sexualidade; Educação; Serviço Social.

1. A Informação da Mídia e o Processo de Formação Comportamental dos Adolescentes.

Para discorrermos sobre a influência da mídia no cotidiano de crianças, adolescentes e jovens necessitamos rebuscar o surgimento da mesma, visto sua complexidade histórica e sua importância no cotidiano e no desenvolvimento dos sujeitos.

Se partirmos do processo histórico, podemos mencionar que a escrita, segundo Silva (2006) surgem 3000 antes de cristo (AC). A linguagem era representada através de

¹ Graduada em Serviço Social pela UNIOESTE (1995), pós graduada em Administração Hospitalar e Mestre em Serviço Social pela PUCRS 2004. Docente do curso de Serviço Social da Faculdade Itecne (Cascavel) e UNIOESTE (Toledo). Professora da rede de Educação Estadual do Estado do Paraná – CEEP Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Netto (Cascavel).

² Graduado em Direito, Mestrando do curso de Educação (UNIOESTE/Cascavel) docente do curso de Serviço Social da Faculdade Itecne (Cascavel).

hieróglifos, que foram símbolos que as tribos desenhavam nas cavernas para gravar suas mensagens. Desenvolveram o alfabeto, utilizando o papiro, o pergaminho, a pedra, as placas de argila e posteriormente o papel.

O registro das informações foi um marco essencial para o desenvolvimento da humanidade, as informações, as lembranças não mais dependiam exclusivamente da transmissão oral, passam a ser documentadas e repassadas as pessoas, num primeiro momento as alfabetizadas.

A criação do telégrafo no século XIX foi um marco na história da mídia, visto que oportunizou ampliação e a agilidade das informações. Todavia, o surgimento do rádio em 1896, foi o instrumento da mídia que popularizou as informações, seguido na televisão e da *internet*.

O Brasil foi o quarto país a possuir tal tecnologia, a transmissão televisiva ocorre em 1950, pela emissora Tupi de São Paulo. Tudo ocorria em tempo real no espaço televisivo, uma vez que não havia ainda profissionais especializados em televisão, as programações ocorriam com o auxílio dos profissionais do rádio, do jornal e do teatro. (História, 2006 s/p).

O governo do Brasil incentivou financeiramente os proprietários desse meio de comunicação como uma forma de evolução da nação, tornando-a de caráter comercial. No período ditatorial (1964) a censura esteve presente nas informações veiculadas como uma forma de controle e coesão no cotidiano das pessoas. A censura finda em 1980, os programas se intensificam e começam atender todos os segmentos sociais, culturais e econômicos do país.

Segundo Machado *apud* Silva (2003:82) a televisão

(...) é um termo muito amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades e de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos: compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias até o que acontece nas pequenas emissoras locais de baixo alcance, ou o que é produzido por produtores independentes e por grupos de intervenção em canais de acesso público.

A televisão ainda é um dos meios de comunicação na contemporaneidade que a população mais tem acesso, inclusive, crianças, adolescentes e jovens. Segundo dados

do IBGE (2006) mais de 97, 03% dos 53.043.000 lares brasileiros possuem pelo menos um aparelho de TV.

Bogo (2000s/p) menciona que no século XXI, a *internet* é o maior e mais moderno sistema de comunicação tecnológico desenvolvido, sendo conceituada como “...redes de computadores interligados que tem em comum um conjunto de protocolos e serviços, de uma forma que os usuários conectados possam usufruir de serviços de informação e comunicação ao alcance mundial”.

Diante desse breve retrospecto da criação da mídia, não devemos nos abster de mencionar sua importância, porém não podemos da mesma forma negar sua influência no comportamento humano, especialmente de crianças e adolescentes que são sujeitos em desenvolvimento biopsicossocial, e que por vezes imitam comportamentos e tendências.

A mídia vende mercadorias e reproduz ideologias e tendências. Marx (1983) menciona que a produção e o consumo estão automaticamente relacionados, sendo que a produção motiva o consumo ao criar o modo determinado do próprio consumo, originando em seguida o apetite do ato de comprar, sob a suposta necessidade produzida pela sociedade capitalista de ter e assim manter o status do poder e a reprodução da riqueza.

Isto posto acreditamos que a mídia produz comportamento de consumo e de comportamentos sociais, especialmente de pessoas que por horas passam a observar as informações, sejam por meio de rádio, jornais, revistas, televisão e ou *internet*.

Atentaremos-nos a situação dos adolescentes, que segundo Prudêncio (2009) passam cerca de quatro horas diárias em frente a aparelhos de tv,³ observando desenhos, novelas infanto-juvenis e adultas, filmes, seriados que instigam as relações sociais. Se observarmos apenas dois programas de televisão denominados *malhação* e *big brother*, que estão e perpassam pelo cotidiano dos adolescentes, a sexualidade é algo expressa através das roupas, palavreados, danças, músicas e relacionamentos físicos de alta exposição, que estimula de forma direta sexualidade, sem por vezes terem a noção de exposição e consequência de atos.

Baseado em Felipe (2003:44)

³ A relação com os livros e conseqüentemente com a leitura os adolescentes ocupam 3 horas por semana para tal apropriação.

A mídia trabalha com questões atuais interessantes no momento e assim fabrica coletivamente uma representação social, reforçando e mobilizando, dessa forma, os pré-julgamentos, redobrando-os. Também é a mídia que define a duração e a intensidade do assunto em voga, estabelecendo de fato aquilo que interessa e sua amplitude, seja virtual ou real.

Seguindo o raciocínio sobre a influência da mídia, Guareschi (1999:142) enfatiza que:

Quando se assiste a um filme, ou se vê uma novela, não é o roteiro, ou o enredo a única coisa que se assiste ou se vê. Como pano de fundo está todo um conjunto cultural: um tipo de moradia, de decoração, uma maneira de comer de vestir, de se relacionar, um tipo de carro de casa, um tipo de diversão, em resumo, uma maneira diferente de se viver, isto é, um padrão cultural diferente. Esse pano de fundo é o que realmente fica na mente das pessoas e leva a mudanças dos padrões culturais. É uma transmissão ou mudança cultural que se dá quase inconscientemente.

A mídia com sua capacidade de sedução corriqueiramente cria estratégias de manipulação, e que por vezes os adolescentes especialmente, copiam trejeitos, os tornando reais num mundo muitas vezes imaginário. Dessa forma não nos abstermos de mencionar que sendo a adolescência um processo de descobertas, a sexualidade está expressa nessa etapa da vida.

Por sexualidade⁴ compreendemos todas as ações das pessoas para com seu corpo, desde o ato de cuidar-se fisicamente, emocionalmente até as relações que antecipam o relacionamento sexual (CATUSSO, 2004). Ora, se pautamos nossa discussão acerca da sexualidade, devemos mencionar dois pontos centrais que podem estar presente no cotidiano dos adolescentes: o ato sexual e suas possíveis consequências: a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis dentre muitas o HIV (vírus da imunodeficiência humana).

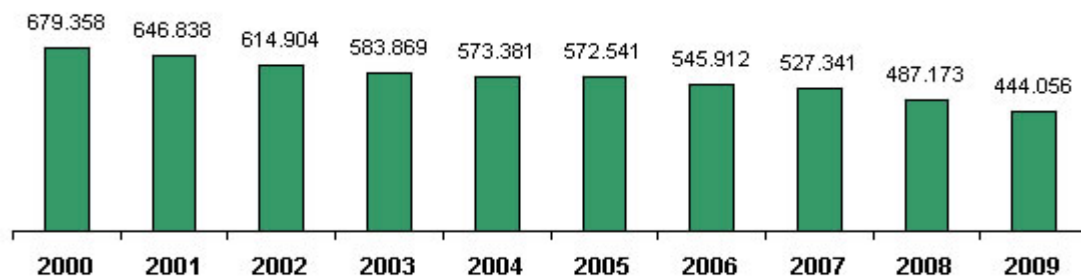
Se partirmos do pressuposto de que “a moda, nas baladas pode ser de ficar”, perpassando por vezes superficialmente pelo ato de conversar e ou dançar, tal ato além do contato físico como beijo e o abraço pode estender-se ainda para a relação sexual no final da noite. Ainda considerando que tais comportamentos podem ser seguidos e ou acompanhados da ingestão de bebidas alcoólicas e ou de outras substâncias, que retardam o raciocínio e conseqüentemente o ato sexual seguro, podem ocasionar a

⁴ Categoria abstraída de Catusso, Marilu C. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUCRS 2004, que discorreu sobre a sexualidade em grupo de idosos.

gravidez indesejada⁵. Ainda considerando os namoros precoces, a desinformação por parte dos adolescentes, o imaginário de que “nada acontece comigo, somente com os outros”, torna possível e real a possibilidade da gestação ocorrer de forma indesejada no período da vida em que as descobertas e dentre estas as da sexualidade são extremamente normais.

Embora os dados do Ministério da Saúde (2009) mostrem queda do quantitativo de gravidez na adolescência, não podemos nos omitir de que ainda os dados são preocupantes se observarmos todos os pontos que cerceiam a gravidez na adolescência.

Gráfico 1:
Número de partos de adolescentes na década passada



Fonte:portal.saude.gov.br

Certamente a soma de esforços dos profissionais das áreas da saúde, social e educação, atrelados a informação veiculada em diferentes mídias, foram importantes para tais dados, todavia, apenas reduzir o quantitativo de gravidez na adolescência não basta. O cuidado com a saúde do adolescente deve ser uma constante haja vista que precocemente as relações sexuais têm acontecido e que podem trazer riscos e danos à saúde física e emocional dos mesmos.

A tabela demonstra os dados quantitativos de gravidez na adolescência ocorridos por regiões no Brasil, onde nos faz elucubrar sobre a realidade local e regional de cada região frente à problemática exposta.

⁵ Em momento algum queremos mencionar que os adolescentes e ou jovens ao estar nas “baladas” possuem em sua totalidade comportamentos pouco seguros, todavia, não podemos nos furtar de posicionarmos frente a realidade que infelizmente acompanha alguns adolescentes, diante da facilidade do consumo de bebidas e demais substâncias entorpecentes que circulam também pelos espaços possivelmente freqüentados por esse segmento.

Tabela 1: Partos por regiões

Região	2000	2005	2009	Varição 2000-2009
Norte	79.416	76.172	62.046	-21,90%
Nordeste	249.057	214.865	159.036	-36,10%
Centro-Oeste	52.112	43.362	32.792	-37%
Sudeste	217.243	174.465	138.401	-36,30%
Sul	81.530	63.677	51.781	-36,50%

Fonte: portal.saude.gov.br

Discutir sexualidade na adolescência é muito mais do que problematizar a gravidez na adolescência, é também ajuizar e agir sobre as doenças sexualmente transmissíveis, o comportamento sexual de risco e as conseqüências presentes e futuras do sexo sem segurança.

No que tange ao contágio do HIV, seja por ato sexual e ou por compartilhar de agulhas no uso de substâncias ilícitas, urge pensar, repensar e agir frente ao comportamento dos adolescentes. Segundo Paiva (s/a:s/p)

“... o papel da sexualidade na prevenção da sida/aids assume um interesse particular quando se consideram a adolescência e a juventude, uma vez que é nesta etapa da vida que o adolescente/jovem inicia sua vida sexual. Isto se reveste de fundamental importância, dado que a proporção de jovens portadores do HIV está em torno de 13% do total de casos notificados no Brasil, e de 7,53% em Portugal (BRASIL, 2002; PORTUGAL, 2003; SILVESTRE, 2003). Por esta razão, é importante discutir, a partir do cotidiano destes jovens, práticas e comportamentos individuais e sociais que possam deixá-los mais vulneráveis à infecção pelo HIV.

Diante dos dados é mister destacar que a instituição escolar através da política pública de educação, necessita ponderar e criar estratégias que possibilitem a discussão de tais temáticas no seio escolar, seja por meio de oficinas, dramaturgia, roda de conversas etc, para que os anseios, as angústias, os desejos, os mitos e os preconceitos sobre a sexualidade possam ser conhecidos e desmistificados de forma natural mas não naturalizada, como se não houvesse conseqüência frente a sexualidade precoce dos adolescentes.

Ainda com a relação ao comportamento sexual dos adolescentes a discussão sobre o contágio de doenças sexualmente transmissíveis deve ser considerada, desde as

doenças que menos e as que mais debilitam e ou deixam seqüelas irreversíveis, como um fato concreto e materializado no comportamento sexual não seguro.

2. A Sexualidade e o Rebatimento no Cotidiano Escolar dos Adolescentes: A Inserção do Profissional de Serviço Social nas Instituições Estaduais do Estado do Paraná.

O ambiente escolar é sem dúvida um dos espaços onde os adolescentes passam longas horas e anos de sua vida. A escola embora tenha funções específicas norteia também o cotidiano dos adolescentes e a formação da cidadania.

A escola tem função segundo Szymanski (2007:99) pautado numa “(...)especificidade-a obrigação de ensinar (bem) conteúdos específicos da área do saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução das novas gerações.” Ainda pautados na discussão do papel escolar Piletti(1999:87) menciona que “...a finalidade específica é colocar à disposição dos alunos, através de atividades sistemáticas e programadas o patrimônio cultural da humanidade”.

Todavia, na contemporaneidade, a função e o papel da escola têm sido confundidos e ou ampliados por parte da sociedade. Em momento algum queremos mencionar que a escola esta ausente de discussões que não perpassam as disciplinas da base nacional comum e ou das disciplinas particulares de cada formação, uma vez que forma cidadãos, mas não podemos elencar a escola como a instituição fundante frente a assuntos, temas e discussões do cotidiano dos adolescentes, uma vez que a família e a sociedade também possuem papéis legalmente definidos. Se assim o fosse estaríamos transferindo a responsabilidade também da família e da sociedade exclusivamente para a escola.

Szymanski, (2007:) menciona que escola é escola e família é família, sendo que possuem em comum “(...) o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social.”

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990: 03) em seu artigo 4º é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos a:...educação...”

Todavia, o espaço escolar historicamente, na sociedade brasileira, não foi um espaço de todos e para todos como é tido legalmente na contemporaneidade. As instituições escolares num primeiro momento, foram espaços de formação para os “homens”, e para os que especialmente estavam inseridas em famílias abastadas financeiramente, as “mulheres” por sua vez eram responsáveis pela formação e “educação dos filhos” (Piletti:1999). Posteriormente, o processo educacional, formava para a inserção no mercado de trabalho, com a formação de profissionais na área de saúde (medicina), engenharia, arquitetura e direito. Tais cursos denotavam a realidade da sociedade que se formava e que mantinha o controle político e econômico do país.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) norteiam o processo educativo como um direito de todos os cidadãos, com responsabilidades definidas nas três esferas do governo, Federal, Estadual e Municipal.

A LDB ainda menciona em seu artigo 2º (1996:03):

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos idéias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Todavia, formar cidadão na concepção ampla da palavra, não é uma tarefa fácil, pois a garantia da cidadania perpassa pela Questão Social e pelas suas múltiplas expressões. Por Questão Social compreendemos o que menciona Iamamoto (2003:27):

(...) apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

Uma das estratégias do capital e das correlações de força na sociedade capitalista são a reprodução e a criação de necessidades⁶ e demandas⁷ que de forma direta estão presentes no cotidiano das pessoas e dentre estes os adolescentes que buscam fortalecimento e identidade pessoal. As expressões da Questão Social se

⁶ Compreendemos por necessidades as questões básicas para sobrevivência do cidadão como: alimentação, educação, habitação, saneamento básico, trabalho etc.

⁷ Criadas pela sociedade capitalista incentivando os sujeitos ao consumo, ampliando assim o consumo e a manutenção do capital.



mostram de diferentes formas, se mesclam entre direitos, deveres, fragilidades, medos, anseios etc, que estão diretamente no seio familiar e escolar, pelos antagonismos sociais, reprodução e manutenção do capital.

Diante das necessidades de manutenção e sobrevivência, muitos responsáveis pelas famílias passam horas de seu dia ausentes do lar e das relações com seus familiares, podendo deixar os adolescentes vulneráveis as armadilhas postas e impostas pelo desenvolvimento da sociedade “moderna”. Destacamos a observação frente à precocidade da sexualidade entre os adolescentes.

A mídia como uma das influenciadoras e ou incentivadora da sexualidade, diante de suas diferentes matérias que expõe comportamentos, direta e indiretamente, muitas vezes exacerbada, direciona, condutas que podem ser reproduzidos pelos adolescentes nas diferentes instituições que frequentam e, dentre essas a Escola.

É comum visualizarmos nessa fase da vida (adolescência) a descoberta do corpo e da sexualidade, através do uso das vestimentas, de maquiagem nas meninas, a definição do corpo e os papéis sexuais, para os meninos e como tal, estão representado no cotidiano dos adolescentes que estão matriculados nas instituições de ensino. A sexualidade, o ato sexual e possivelmente, gravidez na adolescência e ou o contágios de *DSTs*, Doenças Sexualmente Transmissíveis, é um dos fatores de “desistência do adolescente” frente ao ambiente escolar por motivos como: vergonha da consequência perante os amigos, a diminuição dos vínculos com os colegas da mesma idade visto a realidade diferenciada, a necessidade do cuidado do filho(a) pós nascimento, a necessidade freqüente de ausência escolar pelo tratamento médico, as reações adversas medicamentosas, são motivos aparentes e que podem afastar especialmente as meninas do direito de freqüentar e permanecer na escola com sucesso.

O espaço escolar possui dentre tantos na sociedade brasileira, mais um desafio, que pode ser considerado e ou pautado nas orientações e diálogos com os adolescentes frente às expressões da sexualidade na adolescência que de forma direta estão correlatas com o processo de aprendizagem.

Todavia os educadores⁸ da rede Estadual do Estado do Paraná (e acreditamos que das demais regiões do Brasil), por si só não conseguem trabalhar tal questão

⁸ Pautados no que interiorizamos pós leitura de Rubem Alves, Conversa com quem gosta de ensinar, acreditamos que os professores deveriam inculcar o papel de educadores que vai além do processo do repasse de conteúdos e estarem pautados no compromisso de ampliar o conhecimento frente a categoria cidadania.

(sexualidade) visto que precisam ensinar o conteúdo da base nacional comum e das disciplinas específicas de cada formação, ainda é mister destacar a ausência de tempo diante de sua carga horária para preparar, corrigir e ministrar os conteúdos, bem como de possíveis habilidades para discussão da temática sexualidade, dentre outros temas que perpassam pela conduta dos adolescentes.

No que tange a formação dos pedagogos e seu papel na escola, estes de forma direta orientam os alunos, os educadores e a direção essencialmente frente às discussões que norteiam as questões pedagógicas.

Para tal, descortinam-se os paradigmas criados frente ao papel do profissional de Serviço Social nas escolas e justifica-se uma vez que “...a rede de ensino (...) não conseguiu incorporar o enfrentamento de alguns temas a sua rotina, pelo simples fato de que os profissionais não vem sendo preparados nesta direção.” Almeida (2000:23).

Dessa forma mencionamos que existe a Lei de nº 15.074 de 04/05/2006 que Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público Governo do Estado do Paraná do ensino fundamental e médio, que menciona a contratação de técnicos, que poderiam ampliar especialmente o atendimento aos educandos e as seus familiares minorando as expressões da Questão Social que rebatem nas questões escolares, dentre estas a questão da sexualidade que aflora de forma natural no processo da adolescência.

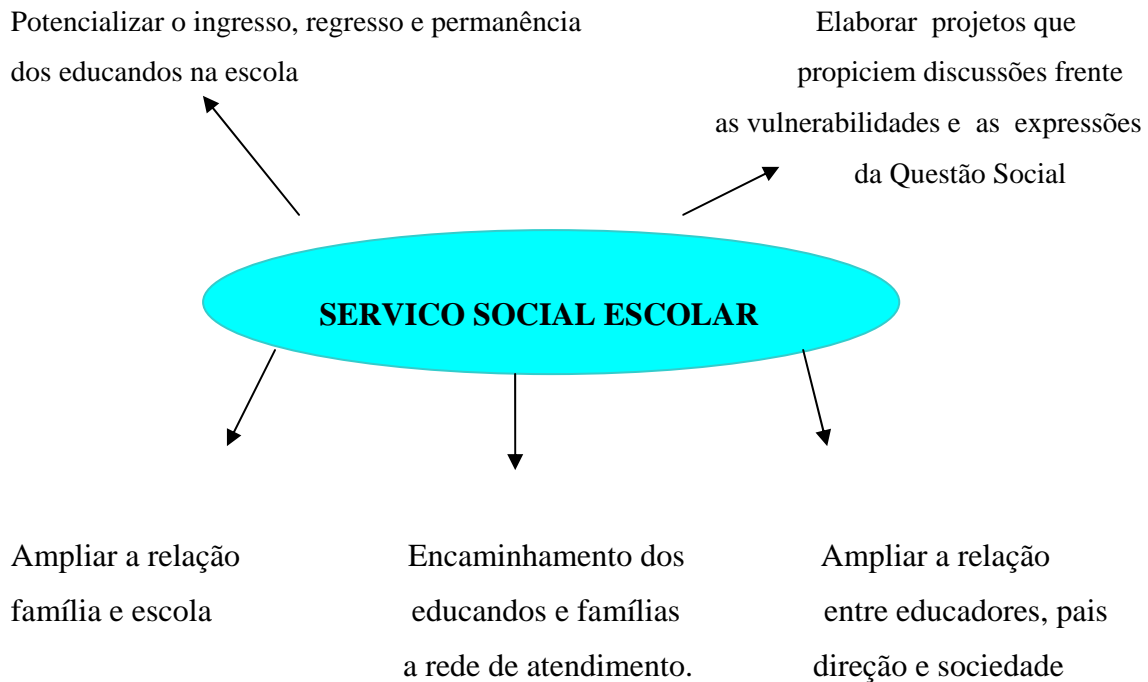
A lei menciona no artigo 2º.

Cada Unidade de Ensino Fundamental e Médio que integra a Rede Pública Estadual deverá contar com equipe interprofissional habilitada a prestar atendimento psicopedagógico e social ao estudante matriculado, e dar suporte técnico à direção e aos professores.

§ 1º. A equipe interprofissional referida no "caput" deverá estar composta por, no mínimo, um(a) psicólogo(a), um(a) pedagogo(a) e um(a) assistente social.

Destacamos que embora a autorização tenha ocorrido no ano de 2006, durante o exercício do governo do Senhor Roberto Requião, até o presente momento (2011) o cumprimento da Lei não se efetivou no Estado do Paraná.

Isto posto pautamos através da Ilustração o papel do profissional Assistente Social na Instituição Escolar.



A ilustração demonstra algumas das possibilidades de atuação do profissional de Serviço Social na Educação, para tal Almeida (2000: 22-23) menciona:

(...) a partir da ampliação do conceito de educação e das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais, estes combinados as mudanças societárias que apontam para a necessidade de ampliação temática da educação escolarizada, que descortinam novas demandas e espaços para os assistentes sociais. Estamos nos referindo as discussões sobre o trabalho, a cidadania, a família, a sexualidade, as drogas, a violência, que ao mesmo tempo vem fazendo parte da agenda profissional dos assistentes sociais que atuam nos mais diversos programas institucionais, hoje sinalizam os limites das escolas e dos profissionais do ensino em lidarem com esses temas no seu cotidiano.

Em momento algum mencionamos ou temos a pretensão de declarar que o profissional de Serviço Social substituirá os profissionais que historicamente compõe a política de educação, todavia necessitamos mencionar que o profissional possui competências e habilidades específicas que pode possibilitar o ingresso, a permanência e o sucesso do adolescente no processo educativo, que somado as competências dos demais profissionais podem potencializar o direito a educação pública com qualidade.

Considerações Finais

Pós reflexão acerca dos adolescentes, da sexualidade, da mídia e do profissional de Serviço Social, enfatizamos que a realidade escolar na contemporaneidade não perpassa somente pelo processo de ensino aprendizagem oriundo dos livros didáticos, mas que tal processo necessita o olhar sobre as atuais características comportamentais dos educandos/sujeitos, ou seja, especialmente dos adolescentes que expressam sua sexualidade cada vez mais precocemente.

A relação que necessitamos fazer é de que as formas de expressão da sexualidade rebatem de forma direta no ingresso e na permanência dos adolescentes no ambiente escolar.

Destacamos por vez, que em muitos Estados do Brasil há a inserção do profissional de Serviço Social na política da Educação, contudo tal realidade não ocorre no Estado do Paraná mesmo pos autorização da Lei 15.075/2006, que com sua competência e habilidade, o profissional Assistente Social, possui condição de encaminhar, aproximar e potencializar o direito, o acesso à permanência dos adolescentes nas instituições de ensino. Da mesma forma possui a condição de trabalhar as diferentes expressões da Questão Social, dentre estas a sexualidade que está posta no comportamento dos adolescentes e que influencia no processo de ensino aprendizagem reportando o olhar para os adolescentes, para as famílias, para os educadores e demais profissionais da educação.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. In: Revista Inscrita- Conselho Federal de Serviço Social. N6. Brasília: CFESS, 2000.
- ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de Ensinar. Papirus, Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Brasil, 1990.
- BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação. Brasília: Brasil, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do adolescente. Disponível em [HTTP://www.portal.saude.br/saude](http://www.portal.saude.br/saude). Acessado em 05/03/2011.

BOGO, Kellen Cristina. A história da Internet: Como tudo começou. Disponível em <http://www.kplus.com.br>. Artigo publicado em 2000. Acesso em 22/03/2010

CATUSSO, Marilu Chaves. Desvelando a Sexualidade em grupo de idosos. Dissertação de Mestrado. PUCRS: Porto Alegre, 2004.

FELIPE, Flavia. Obesidade Zero. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. A Sociologia Crítica: alternativas de Mudanças. 46ed. Porto Alegre: EDPICRS, 1999.

HISTÓRIA da, Televisão no Brasil. Disponível em <http://brasilcultura.com.br>. Acesso em 02/01/2011

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. acessado em 10/02/2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez, São Paulo: 2003.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira, 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PAIVA, M.S; AMANCIO L. Implicações das representações sociais na vulnerabilidade de gênero para sida/aids entre jovens universitários: estudo comparativo Brasil Portugal. V Congresso Virtual HIV/AIDS: A Importância das co-Infecções no VIH/SIDA. Disponível:http://www.aidscongress.net/Modules/WebC_AidsCongress/CommunicationHTML.Acessado em 02/03/2011.

PARANA. Lei 15.075/96 que Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público Governo do Estado do Paraná.

PILETTI, Nelson. Sociologia da Educação. São Paulo:Ática, 1999.

PRUDENCIO, Juliana Desidério Lobo. O adolescente e a mídia: uma crítica a malhação. In: Mídia, Questão Social e Serviço Social. Cortez, 2009.

SILVA, Carlos Bruno Rodrigues da. História da Comunicação. Disponível em [HTTP://stdente.dei.uc.pt](http://stdente.dei.uc.pt), acessado em 20/03/2010

SYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola. Desafios e perspectivas. Brasília: Iber, 2007.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br